

DESENVOLVIMENTO, SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA: UMA DISCUSSÃO NA VISÃO DE CELSO FURTADO E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Rosele Marques Vieira
Doutoranda em Economia do Desenvolvimento pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS
E-mail: rosele@uems.br

Resumo: Este artigo aborda as interpretações de Celso Furtado e de Fernando Henrique Cardoso a respeito do desenvolvimento econômico, enfatizando a questão do subdesenvolvimento e dependência e as relações entre países, baseando-se na concepção do sistema centro-periferia. Para Furtado, é necessário superar o subdesenvolvimento, que é proveniente do grau de dependência. Assim, para superar a dependência, era preciso implementar o desenvolvimento por meio da industrialização e a intervenção do Estado, através de sua ação coordenadora. Para Fernando Henrique Cardoso, o desenvolvimento pode ocorrer apesar da posição periférica e dependente. Propunha que o desenvolvimento, deveria ter um caráter industrializante-associado.

Palavras-chave: desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, centro-periferia, Estado.

Abstract: *This article discusses the interpretations of Celso Furtado and Fernando Henrique Cardoso on the economic development, emphasizing the issue of underdevelopment and dependence, and relations between countries, based on the design of the center-periphery. Furtado is necessary to overcome underdevelopment, which is derived from the degree of dependence. Thus, to overcome the addiction, we had to implement the development through industrialization and state intervention, through its action coordinator. To Fernando Henrique Cardoso, development can occur despite the peripheral and dependent position. Proposed that the development, should have a character-industrializante associated.*

Key-Words: *development, underdevelopment, dependence, centre-periphery, state.*

1.INTRODUÇÃO

Desde a crise de 1929, os países latino-americanos vinham adotando políticas defensivas para enfrentar a depressão, reforçadas durante o conflito mundial, e que gerou um processo espontâneo de industrialização e de maior intervenção do Estado na economia.

Dentro dessa perspectiva, em 1948 foi criada a CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. A partir do método histórico-estrutural e da teoria do subdesenvolvimento periférico, a CEPAL propunha um modelo de desenvolvimento por via da industrialização. Uma vez, que entendia que a industrialização era o elemento aglutinador e articulador do desenvolvimento, com a intervenção do Estado.

As idéias da CEPAL, consistiam num diagnóstico das transformações por que passavam as economias periféricas, que transitavam de um modelo primário-exportador “para fora” em direção a um novo padrão de desenvolvimento “para dentro”.

No entanto, mesmo com todo esforço teórico e metodológico na tentativa de se criar um novo modelo na América Latina, no início da década de 1960, a teoria desenvolvimentista começa perder forças, pela incapacidade do capitalismo de reproduzir nos países periféricos as experiências bem sucedidas de desenvolvimento.

Dessa forma, com o início da crise na teoria do desenvolvimento, surge a teoria da dependência. Esse novo arcabouço teórico, tentava compreender as limitações de uma forma de desenvolvimento que se iniciou em um período histórico, no qual a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de poderosos grupos econômicos e forças imperialistas. Por esse motivo, a forma de desenvolvimento implementada na América Latina, tenderia a aprofundar cada vez mais as relações de dependência entre centro – periferia.

O objetivo desse artigo, foi analisar o desenvolvimento econômico na visão de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, centrando-se na questão do subdesenvolvimento e dependência, baseado na concepção do sistema centro-periferia.

Este artigo além da introdução, se encontra organizado da seguinte forma: a seção 2 discute a importância do pensamento da CEPAL, que defendia que os países latino-americanos se desenvolveriam a partir da montagem de um aparato industrial , orientado pela ação do Estado. A seção 3 aborda a teoria do desenvolvimento/subdesenvolvimento de Celso Furtado e análise histórico-estruturalista, enfatizando a relação centro-periferia. A

seção 4 mostra o contexto histórico e surgimento da teoria da dependência; a seção 5 discute a teoria da dependência, na visão de Fernando Henrique Cardoso, enfocando a questão de desenvolvimento-dependente.;na seção 6 foram estabelecidas as considerações finais.

2.O PENSAMENTO DA CEPAL

O pensamento da CEPAL¹ caracteriza-se por ter desenvolvido os fundamentos teóricos da ideologia desenvolvimentista, que via na industrialização, única forma de libertação dos países subdesenvolvidos, da sua situação de pobreza e dependência externa. Dessa forma, a industrialização é vista como o caminho para o desenvolvimento.

Os Cepalinos constataram que o modelo primário-exportador não representava uma oportunidade viável de desenvolvimento para a América Latina, concluíram que se fazia necessário a criação de um novo modelo, via processo de industrialização.

Contrapondo-se à idéia de que as causas do subdesenvolvimento são obstáculos internos, as análises da CEPAL destacaram as relações entre países, baseando-se na concepção do sistema centro-periferia. O centro era constituído pelos países tecnologicamente avançados. Os países produtores e exportadores de matérias-primas, constituíam a periferia.

Para a CEPAL, os países centrais são aqueles onde o progresso técnico avançou rapidamente, industrializando-se e desenvolvendo-se, correspondendo assim, ao centro dinâmico da economia capitalista, conquistando a primazia nas técnicas capitalistas de produção, favorecendo a um desenvolvimento mais rápido e homogêneo, com elevações de produtividade em todos os setores, devido ao dinamismo das estruturas dos centros mais avançados, com produção diversificada.

O processo de industrialização do centro , teve como peso forte o fato de que os padrões de demanda se desenvolveram conjuntamente com o progresso técnico e com a expansão da riqueza. A formação da renda nacional e o crescimento econômico dos países centrais não tinham como única responsável as exportações, como acontecia nos países periféricos. Havia o investimento autônomo, acompanhado de inovações tecnológicas. As importações feitas pelo centro eram apenas de atendimento às necessidades de matérias-primas e alimentos.

Já nas economias periféricas, a produção permaneceu atrasada em termos organizacional e tecnológico, com predominância do setor agrícola exportador. O crescimento era voltado para o mercado externo, sendo quase todo progresso técnico era destinado a este setor propiciando elevações em seu nível de produtividade.

Assim, o setor exportador tornara-se o centro dinâmico da economia dos países periféricos, sendo praticamente o único componente autônomo do crescimento da renda. Além disso, a tendência à deterioração dos termos de troca da população primária da periferia frente aos produtos industrializados do centro, permitia a este apropriar-se também de parcela dos frutos do progresso técnico, aumentando a distância entre suas condições de desenvolvimento.

Um dos mais importantes expoentes da CEPAL foi Raúl Prebisch, economista argentino cujos trabalhos concentravam-se principalmente nos efeitos do comércio internacional.

Segundo Prebisch *apud* Macedo (1994) a periferia encontrava-se, até a primeira guerra, na etapa que foi chamada de “desenvolvimento para fora”, em que a demanda externa por produtos primários fornecia o dinamismo econômico aos países da periferia, e as divisas estrangeiras necessárias para adquirir os bens manufaturados que eles produziam. No entanto, segundo o autor, teria sido nesse período que os países da América Latina teriam adquirido sua “condição periférica”.

As duas grandes guerras e uma profunda crise econômica, ao bloquear o dinamismo da demanda externa teriam criado as condições para inaugurar a etapa do desenvolvimento para dentro, quando os países latino-americanos iniciaram um processo de industrialização, por meio de substituição de importações.

Prebisch, argumentava que a evolução das relações de trocas no comércio internacional no século XX, não se conformava com os postulados da Teoria das Vantagens Comparativas² de Ricardo. Prebisch afirmava que a evolução desigual dos termos de troca não era apenas consequência do período de depressão, mas indicava uma tendência de longo prazo. Para o autor, os exportadores de produtos manufaturados, um restrito grupo de países cuja industrialização ocorrera mais cedo e que constituía o centro, detinha o monopólio da oferta e controlava os preços. Os exportadores de produtos

agrícolas, que constituíam a periferia, eram muitos, e a competição mantinha os preços em níveis baixos.

Para abandonar a condição de subdesenvolvida, caberia à periferia : em primeiro lugar fazer uma mudança em sua estrutura interna, abandonando suas características onde predominava a produção agrícola com vistas ao mercado externo, e em segundo lugar, alterar suas relações comerciais com o centro.

De acordo com a teoria da CEPAL, o modelo não poderia ser mudado simplesmente pela ação do mercado, pois se assim fosse, as economias periféricas nunca deixariam sua condição de subdesenvolvidas. Dessa forma, restava ao desenvolvimento industrial periférico ser acelerado pela intervenção estatal.

De um lado, com políticas protecionistas principalmente no âmbito comercial. De outro, através do planejamento do investimento, para potencializar o impacto dinâmico da poupança, escassa face ao grande e crescente diferencial de produtividade entre centro e periferia.

3. TEORIA DO DESENVOLVIMENTO/SUBDESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO E ANÁLISE HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA

As preocupações teóricas e metodológicas ganharam maior destaque nos trabalhos dos seguidores de Prebisch , a começar por Furtado. Segundo Bielschowsky(1988:166):

Na fase de lançamento das teses estruturalistas, a ênfase dos textos de Prebisch era que a industrialização representava a solução a que deveriam dedicar-se os países latino-americanos para superar o subdesenvolvimento. Esses textos têm o sentido geral de defesa de um amplo projeto. (...) Já a essa época, distintamente o que predominava nos escritos de Furtado era uma preocupação algo diferente, qual seja, a de entender a dinâmica do processo de industrialização em pleno curso.

Furtado utiliza um método analítico , denominado de histórico-estrutural (embora tenha sido influenciado por vários autores³). A partir da preocupação em responder sobre as razões das diferenças entre a estrutura econômica dos países latino-americanos, em particular do Brasil, em relação aos países desenvolvidos, Furtado, apresenta a explicação na história por meio de uma abordagem estruturalista. A sua análise, explora a relação entre o processo histórico e as estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos.

A necessidade de diagnosticar a problemática de sistemas econômicos nacionais, em fases diversas de subdesenvolvimento, levou-o [o autor, Furtado] a

aproximar a análise econômica do método histórico. O estudo comparativo de problemas similares, no plano abstrato, em variantes condicionadas por situações históricas diversas e em distintos contextos nacionais, induziu-o progressivamente a adotar um enfoque estrutural dos problemas econômicos (Furtado,1961:13).

O estruturalismo como sistema analítico, tem por base a caracterização das economias periféricas ou subdesenvolvidas. Os aspectos principais, nesse contraste de acordo com Borges (2007) referem-se: à baixa diversidade produtiva, reduzida integração horizontal e vertical; insuficiente infra-estrutura;especialização em bens primários;heterogeneidade tecnológica;oferta ilimitada de mão-de-obra desqualificada e estrutura institucional incompatível com a acumulação de capital e progresso técnico.

As principais contribuições de Furtado ao enfoque estruturalista foram: a inclusão da dimensão histórica;a análise das relações entre crescimento e distribuição de renda e a ênfase do sistema cultural como característica específica do subdesenvolvimento das economias periféricas.

O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tendem a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação. Assim,a reprodução das formas sociais,que identificamos com o subdesenvolvimento, está ligada a formas de comportamento condicionadas pela dependência (Furtado,1974:82).

Portanto,o ponto diferencial entre desenvolvimento e subdesenvolvimento reside na maneira pela qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído.

No livro **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, (1974), o autor enfatiza que o fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor do consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível.

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto,se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa de exploração (Furtado,1974:94)

Assim ,diante desse contexto a inserção das economias subdesenvolvidas no ambiente internacional e as condições para a superação das situações adversas das economias periféricas, só podem ser alavancados por meio de um processo de

industrialização conduzido por um planejamento estratégico, tendo o Estado como agente principal.

No entender de Furtado, a industrialização sem controle e planejamento, poderia, também, oferecer riscos ,se não semelhantes pelo menos tão graves quanto o modelo primário-exportador.

Dessa forma, Furtado considera fundamental a participação do Estado na economia: a) atuando diretamente no setor produtivo, por meio de empresas estatais; b) planejando a distribuição regional e setorial dos investimentos; c) subordinando a política monetária ao desenvolvimento.d) promovendo uma distribuição de renda mais equitativa no sentido de dinamizar o setor de mercado interno (Souza ,1999) .

O crescimento apoiado no mercado interno dependia necessariamente, da prévia distribuição de renda. Por causa do anacronismo da estrutura agrária, o crescimento provocou, em muitas regiões, o aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários.Na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se em nome do desenvolvimento uma estrutura de subsídios que muitas vezes premiou os investimentos supérfluos ou aqueles que vinham permitir, dada a sua tendência monopolística, uma maior concentração de riqueza em mãos de grupos privilegiados (Mendes &Teixeira, 2004).

Portanto,as associações entre o papel da distribuição de renda e do mercado interno e o crescimento econômico devem ser tratadas não somente refletindo a heterogeneidade social e produtiva, mas também as questões geográficas, principalmente no que diz respeito ao caso brasileiro.

Segundo Mallorquim *apud* Borges (2004) , são relacionadas outras características da abordagem de Furtado como: a crítica à teoria Ricardiana das Vantagens Comparativas; percepção do mercado como entidade capaz de se auto-regular, tornando necessária a intervenção planejadora do Estado;a hipótese do subdesenvolvimento como um processo distinto da experiência dos países centrais;a percepção da heterogeneidade e do dualismo distinto da experiência dos países dependentes, como o Brasil, reproduzindo também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, aspecto este diretamente ligado ao problema das desigualdades regionais.

Considera-se também como uma contribuição teórica importante de Furtado, a ênfase dada ao aspecto regional, ao inserir no debate sobre o subdesenvolvimento a questão das desigualdades, o caráter regional é considerado como elemento central de análise, enfatizando a problemática da região nordeste.

Para o autor, o subdesenvolvimento é algo peculiar do processo de formação de algumas nações, e não uma etapa do desenvolvimento, como era na visão de Rostow⁴. “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1961:180).

O autor, ainda no livro, **O Mito do Desenvolvimento Econômico**, (1974), faz uma espécie de autocrítica ao otimismo desenvolvimentista anterior e sedimenta sua tese de que a industrialização por si só é incapaz de superar a situação de dependência econômica, percepção essa que reforça sua idéia original de que o subdesenvolvimento não é um mero estágio anterior ao desenvolvimento, concebida no livro **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento** (1961).

Segundo Furtado (1975) a existência de uma classe dirigente com padrões de consumo similares aos de países onde o nível de acumulação de capital era muito alto e impregnado de uma cultura cujo elemento motor é o progresso técnico, transformou-se, assim, em fator básico na evolução dos países periféricos.

Para ocorrer desenvolvimento é necessário superar o subdesenvolvimento, que é proveniente do grau de dependência. Dessa forma, para superar a dependência centro – periferia, deveria ocorrer a intervenção do Estado. O autor, considera a ação coordenadora do estado como única capaz de planejar alternativas de crescimento de longo prazo, proporcionando o ambiente necessário para investimentos de maior tempo de maturação.

Essa concepção repercutiu na forma de atuação dos governos nacionais, a partir de meados dos anos 1940. Onde o Estado assumiu cada vez mais o papel de planejador central da economia para incrementar a industrialização do país.

O período de 1956-1960 compreende o governo Juscelino Kubitschek, cuja política econômica é sistematizada no Programa de Metas. De acordo com Mendes & Teixeira (2004) Furtado afirma que seria a partir das mudanças ocorridas dentro do sistema econômico nacional que haveria, um real crescimento e desenvolvimento econômico de

base industrial, que na sua expansão necessitava de: proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor industrial; geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição da riqueza como meio de aquecer e expandir o mercado interno; e diminuição das desigualdades regionais.

Dentro deste contexto surge a questão do planejamento regional, com as contribuições de Furtado. Em 1958, desliga-se definitivamente da CEPAL e assume uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Foi nomeado interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo estudo final, **Uma política de desenvolvimento para o nordeste**, é marco da criação, em 1959 da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A criação da SUDENE tinha como objetivo formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste, através da intervenção do Estado na esfera econômica.

Furtado, foi o autor que primeiro abordou a questão regional, ao considerar o problema das desigualdades regionais e o papel do mercado interno como questões fundamentais ao crescimento e desenvolvimento econômico do país.

4.CONTEXTO HISTÓRICO E SURGIMENTO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A Teoria da Dependência surgiu no quadro histórico latino-americano do início dos anos 1960, como uma tentativa de explicar o desenvolvimento sócio-econômico na região, em especial a partir de sua fase de industrialização, iniciada entre as décadas de 1930 e 1940.

Essa teoria se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto o sistema criava e ampliava diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões. Dessa forma, a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras.

Assim, é da necessidade de buscar novos rumos teóricos que nasce a Teoria da Dependência, enquanto um corpo teórico que ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado

em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (Santos,2000).

Diferentemente do desenvolvimentismo, a Teoria da Dependência não vê o subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, mas, como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas. Dessa forma, o subdesenvolvimento passava a ser visto como um produto do desenvolvimento capitalista mundial sendo, por isso, uma forma específica de capitalismo.

Do ponto de vista estritamente econômico, essa nova teoria entendia que as relações estruturais de dependência estavam para além do campo das relações mercantis – como acreditavam os teóricos desenvolvimentistas – se configurando também no movimento internacional de capitais, em especial na figura dos investimentos direto estrangeiros e na dependência tecnológica. A esses fatores, somava-se o imperialismo, que na medida em que permeava toda a economia e sociedade dependente, representava um fator de construção de suas estruturas sócio-econômicas. Desse modo, era a conjunção desses distintos mecanismos que integravam, de forma subordinada, a economia latino-americana à economia internacional.

5.TEORIA DA DEPENDÊNCIA: NA VISÃO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

O marco fundador dos estudos sobre a dependência na corrente “reformista”, também conhecida como versão do capitalismo dependente-associado, encontra-se no livro intitulado: **Dependência e Desenvolvimento na América Latina** de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1973) na fonte desses estudos, esta esboçada a crítica acerca do desenvolvimento capitalista latino-americano, anteriormente exposta. O ponto de partida das concepções teóricas desenvolvidas por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto , foi mostrar o fracasso do processo de substituição de importações e do projeto nacional-desenvolvimentista, que pretendia criar as bases de um capitalismo autônomo na região, idéia essa defendida pela CEPAL nas das décadas de 1940 e 1950.

Seu principal argumento é de que o desenvolvimento econômico nos países periféricos dependia de uma estratégia diversa do “desenvolvimento para dentro”, uma vez que as modificações no sistema produtivo ocasionadas por este, eram incapazes de resolver

os problemas sociais, e conseqüentemente, de se criar uma sociedade dotada de autonomia política e econômica, com distintas condições de ordenar uma proposta de desenvolvimento.

Os autores, se contrapõem à idéia de que na América Latina prevalecia, em termos da formação social, o chamado “dualismo estrutural”. Segundo essa concepção, as sociedades latino-americanas eram compostas por formações sociais “tradicionais”, mas que lentamente caminhavam no sentido a um outro tipo de sociedade, chamada “moderna”; durante esse processo, formava-se um padrão intermediário, característico dos países em desenvolvimento.

Para os autores, o desenvolvimento capitalista latino-americano fornecido pelo dual-estruturalismo cepalino -furtadiano não teria sido exitoso, por haver deixado de lado os fatores políticos, e por ter tratado o processo de desenvolvimento apenas como um processo econômico.

Dentro dessa perspectiva, e negando a idéia de que a dinâmica das sociedades subdesenvolvidas eram inteiramente determinadas e derivadas de fatores externos - e que, portanto, tanto os elementos estruturais quanto as ações de grupos sociais dos países subdesenvolvidos não eram mais que “desvios” em relação aos países centrais – Cardoso e Faletto procuram formular uma análise que tenha no tipo de integração social das classes e grupos, os principais condicionantes do processo de desenvolvimento.

A idéia central defendida pelos autores, é a de que o desenvolvimento é um processo social. Na análise ampla do desenvolvimento, mais do que somar aos condicionantes estruturais a compreensão dos fatores sociais, era necessário que ambos fossem interpretados em suas relações de determinações recíprocas. Isso porque não só as condições históricas particulares eram responsáveis pelo processo de desenvolvimento, mas também os conflitos entre grupos e classes. Dessa forma, os conflitos colocam em marcha as sociedades em desenvolvimento.

Nesse sentido, o desenvolvimento seria resultado de um processo social. Do modo próprio de interação dos grupos e classes, cada qual com seus valores e interesses materiais, surgiria o sistema sócioeconômico, e na medida que, esses diferentes grupos e classes conseguissem impor seus interesses e dominação sobre o restante da sociedade, a estrutura política e social iria sofrendo modificações. O sistema econômico, bem como seu

desenvolvimento passava, assim, a depender da oposição, conciliação ou superação dos interesses de distintas classes.

Dessa forma, um dos objetivos dessa corrente é explicar os processos econômicos enquanto processos sociais, onde a política seria a forma de expressão do componente econômico, enquanto uma dominação social.

Pois é através do processo político seria o que uma classe ou grupos econômicos tenta estabelecer um sistema de relações sociais que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio, ou pelo menos tenta estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes com o fim de desenvolver uma forma econômica compatível com seus interesses e objetivos. Os modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política (Cardoso & Faletto, 1979:23).

Segundo os autores, a dependência é em si um componente estrutural do capitalismo, em especial na forma como este se desenvolve na periferia do sistema. Na determinação dessa condição deveria haver, além de uma associação entre os fatores internos e externos, uma conexão destes com a contraditória estrutura social interna – composta por classes dominantes e dominadas.

Precisamente o conceito dependência, que mais adiante será examinado pretende outorgar significado a uma série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um momento dado e busca-se estabelecer, por seu intermédio, as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos. Mas o externo, nessa perspectiva, expressa-se também como um modo particular de relação entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas. É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado- e não como conceito meramente “mecânico-causal”, que enfatiza a determinação externamente, anterior, que posteriormente produziria “conseqüências internas” (Cardoso & Faletto, 1979:23).

É do conflito existente no interior dessas classes e de sua organização, ou seja, da conformação do ambiente e das relações políticas, que se dará à expansão ou diminuição da dependência da periferia em relação ao centro.

Por esse motivo, os autores destacam que o estabelecimento de conexões entre o sistema econômico e a organização político-social das sociedades desenvolvidas, tanto em termos internos como em relação aos países desenvolvidos, é tão importante para a interpretação global do desenvolvimento, e conseqüentemente, para o estabelecimento dos determinantes da dependência na periferia. Isso porque, na conformação da economia

internacional, ao se vincular a um mesmo mercado economias que apresentavam graus variados de diferenciação do sistema produtivo, criou-se uma estrutura de relações de dominação do centro em direção a periferia.

Para (Bielschowsky, 2000) a análise deve passar pela forma como se deu a vinculação de economias subdesenvolvidas ao mercado mundial, bem como pela forma que se constituíram os grupos sociais internos, o que implica, no plano político e social, é o reconhecimento de que a dependência em situações de desenvolvimento se vincula historicamente com a expansão econômica dos países capitalistas originários.

A dependência da situação de subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que nos sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores (Cardoso & Faletto, 1979:26).

O tipo de vinculação estabelecido entre as economias nacionais e o mercado mundial afetaria diretamente as alianças estabelecidas entre os grupos sociais internos e destes com grupos externos. Assim, a integração centro-periferia teria por trás um conjunto de relações entre grupos sociais internos e externos, e na medida em que existe uma relação de dominação entre ambos, a imposição dos interesses de uma classe sobre o conjunto da sociedade acabaria por expressar os interesses de grupos externos. É nesse sentido que se estabelece a relação de dependência na periferia.

A esfera política assume um importante papel quanto ao desenvolvimento das regiões periféricas. Dessa forma, seria apenas através da organização das relações político-sociais dos grupos internos, e da articulação destes à dinâmica dos centros hegemônicos, que poderiam produzir políticas que efetivamente se aproveitassem das novas oportunidades de desenvolvimento econômico.

Tais oportunidades se dariam através da conjugação entre capital nacional privado, capital internacional e Estado, sendo que a conjugação desses daria à economia latino-americana uma margem de internacionalização que a colocaria nos rumos certos do desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento não poderia se dar apenas através da industrialização, mas deveria ter um caráter industrializante- associado.

Esse movimento de associação ao capital internacional criaria, inevitavelmente, uma estrutura social concentradora e excludente, pela própria lógica de dominação dos interesses de um determinado grupo sobre os demais. Porém, por mais óbvio que fosse, os

autores ressaltam que tal fato é próprio do desenvolvimento capitalista, no sentido que este tem em sua evolução a condição de concentração de renda e riqueza. Ou seja, a distribuição de renda não seria um obstáculo ao desenvolvimento.

Para Cardoso e Faletto (1979) as relações entre países não se dão mais entre países industrializados e primário-exportadores somente, mas entre países com grau variados de industrialização. Para os autores, passa ser teoricamente possível que um país modifique seu sistema produtivo, sem que isso implique superação da dependência.

Dessa forma é possível haver desenvolvimento, sem que os laços da dominação externa sejam cortados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1948 foi criada a CEPAL, que elaborou toda uma análise, a partir da teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico. Os principais autores da Cepal entre eles Celso Furtado, propunham um modelo de desenvolvimento via industrialização, com intervenção do Estado, visando à superação do atraso dos países periféricos.

No pensamento de Furtado, para ocorrer desenvolvimento era necessário superar o subdesenvolvimento, este proveniente do grau de dependência. Seu objetivo era implementar o desenvolvimento por meio da industrialização. Dessa forma, para superar a dependência centro –periferia, deveria ocorrer a intervenção do estado.

O autor na sua análise, mostra que o subdesenvolvimento é algo peculiar do processo de formação de algumas nações, não deveria ser considerado como uma etapa, anterior do desenvolvimento. Desenvolvimento é um processo histórico autônomo.

Para Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, seria possível haver desenvolvimento com dependência. A inserção do Brasil no sistema capitalista internacional contribuiria para a ampliação do produto e modernização de seu parque produtivo.

Formularam uma análise que encontra os condicionantes do processo de desenvolvimento no tipo de integração estabelecido em diversos grupos sociais, tanto internos como externamente, de forma que o desenvolvimento poderia ser interpretado como um processo social.

Segundo os autores, o desenvolvimento capitalista latino-americano baseado no dual-estruturalismo cepalino -furtadiano não logrou êxito por haver deixado de lado os

fatores políticos, e ter tratado o processo de desenvolvimento apenas como um processo econômico.

Dessa forma, a superação da dependência, enquanto um componente estrutural do capitalismo, pressupõe uma articulação entre as forças sociais dominantes internas e os centros hegemônicos, e por isso, mais que um caráter de industrialização, o desenvolvimento periférico deveria ter um caráter industrializante-associado.

Esse movimento de associação ao capital internacional traria, inevitavelmente, um aumento nos graus de concentração de renda e a abertura ao capital. Para os autores, somente haveria uma saída para o subdesenvolvimento, passar pela associação com os capitais estrangeiros (desenvolvimento associado e dependente).

Em suma, para Furtado o subdesenvolvimento é proveniente do grau de dependência, para superá-lo era necessário ocorrer à intervenção do Estado, através de sua ação coordenadora. Cardoso, acreditava na possibilidade, de apesar da dependência, os países periféricos poderiam lograr algum desenvolvimento.

7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY,R.Pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro:IPEA, 1988.

_____.Cinquenta anos de pensamento na CEPAL:UMA RESENHA. São Paulo:RECORD, 2000.

BORGES,Pedro Pereira.O pensamento político na obra de Celso Furtado.São Paulo, (dissertação de mestrado),Universidade Católica de São Paulo-PUC, 2007.

CARDOSO,Fernando Henrique,FALETTO, Enzo.Dependência e desenvolvimento na América Latina:ensaio de interpretação sociológica.Rio de Janeiro:ZAHAR, 1979.

_____.A dependência revisitada.IN: As idéias e seu lugar:ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.Petrópolis:VOZES, 1980.

FURTADO, Celso.Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro:FUNDO DE CULTURA, 1961.

_____. O mito do desenvolvimento econômico.Rio de Janeiro:PAZ E TERRA, 1974.

_____.Teoria e política do desenvolvimento econômico.São Paulo:ABRIL CULTURAL, 1983(coleção “os economistas”).

MACEDO, Bernardo Gouthier. As idéias de Raúl Prebisch sobre a industrialização periférica: 1949-1954. (dissertação de mestrado), Campinas: IE/UNICAMP, 1994.

MENDES, Constantino. C. TEIXEIRA, Joaíllo Rodolpho. Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado. Brasília : IPEA, 2004, (texto para discussão).

SANTOS, Theotônio dos. O debate sobre a dependência. IN: _____. Teoria da Dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico, São Paulo: ATLAS, 1999.

8. NOTAS

¹ Para entender a contribuição da CEPAL à historiografia das idéias econômicas deve-se ter consciência de que se trata de um corpo teórico específico, concebido para ser aplicado às condições históricas da periferia latino-americana. O poder explicativo deste corpo analítico decorre da interação de um método essencialmente histórico e indutivo com uma elaboração teórica própria, a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico (Bielschowsky, 2000).

² Segundo essa teoria os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo (Souza, 1999).

³ Entre as principais influências estão: Keynes, Friedrich List, Marx, Mannheim, Schumpeter, Kaldor, Kalecki, Joan Robinson, Perroux, Myrdal, Nurkse, Prebisch (Bielschowsky, 2000).

⁴ Em seu trabalho intitulado: As etapas do crescimento econômico, W. Rostow (1961) defende a idéia de que há uma única trajetória de desenvolvimento, comum a todas as economias. O desenvolvimento econômico é um processo que deve avançar em determinada seqüência de passos claramente definidos.